

DA NATUREZA DO SAGRADO À NATUREZA DO LUGAR: MORRO DA CAPELINHA (DF) COMO PATRIMÔNIO NATURAL

Valdir Adilson Steinke¹
Everaldo Batista da Costa²

Considerações Iniciais

A noção de patrimônio admite diferentes concepções, entretanto, em linhas gerais, podemos admiti-lo como o conjunto de bens materiais-imateriais transmitido por civilizações anteriores e que constituem uma herança coletiva ou mesmo individual. Assim, o valor patrimonial (construído historicamente) está vinculado ao legado deixado essencialmente por ações antrópicas (concretos ou da consciência) e o movimento da natureza.

De acordo com Grandgirard (1997) e Donadieu (1998), terão valor como “patrimônio” os bens que, por suas características culturais e/ou naturais, necessitam de medidas de proteção especiais. Portanto, temos a responsabilidade de preservar e transmitir-los aos nossos descendentes no melhor estado de conservação possível, o que significa entender também como patrimônio o legado da história da evolução do planeta mesmo onde o homem não interferiu diretamente.

As concepções de patrimônio aparecem compreendidas, então, com base nos princípios da cotidianidade, da monumentalidade e da produção natural. Com isso, é possível a interpretação dentro de uma pluralidade, não se restringindo a únicas coleções de objetos e/ou estruturas materiais, mas elementos que se expressam pelas diversidades.

Quando se trabalha com os aspectos da natureza, a definição de patrimônio surge sob os balizamentos da UNESCO¹, em âmbito internacional, no início dos anos 1970. Ainda que tal conceito seja, neste momento, ainda pouco

difundido, em verdade, é o resultado da necessidade de preservação dos recursos naturais dentro de um contexto histórico, cujos quais foram desvelados, primordialmente, pelas artes e pelas ciências, para só mais tarde emergirem os bens naturais passíveis de preservação e conservação.

No desencadeamento das preocupações acadêmicas com relação ao tema do patrimônio natural, destacam-se os trabalhos de Ab'Sáber (1977; 1986 e 1987); Costa (1986); Lefeuvre (1990); Diegues (1996), principalmente em função do caráter pioneiro das proposições que, em última análise, remetem a um olhar diferenciado para o que concebe-se como natural e suas representatividades para a sociedade atual.

Provavelmente, um dos estudos pioneiros no âmbito do patrimônio geomorfológico tenha sido o de Perreira (1995), no qual se propõem a definição deste tema e a criação de corredores geomorfológicos para o litoral sudoeste de Portugal.

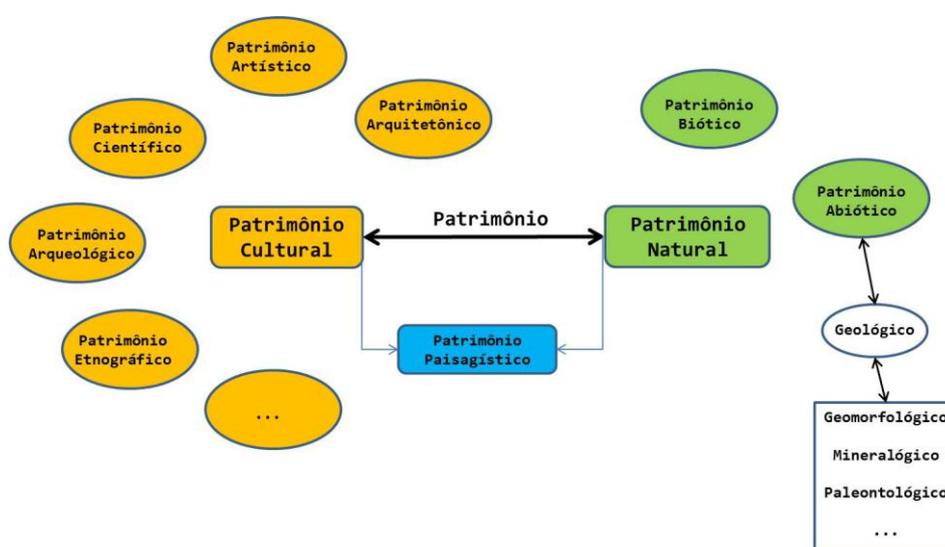
Os estudos com foco no tema patrimônio geomorfológico têm despertado incipiente interesse e desencadeado a atenção da comunidade geomorfológica internacional nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, ampliando as discussões acerca de semelhanças/diferenças em relação ao patrimônio geológico, com sua importância científico-cultural e econômica, especialmente em relação às atividades turísticas e ao geoturismo. Esse último tem sido um importante motivador de pesquisas, inventários voltados à identificação, valorização, valoração e é estimulado pela legislação ambiental, com proposição de medidas de proteção às geoformas.

Para Fernandes (2004), da mesma forma que um edifício histórico pode ser avaliado como um bem cultural a ser preservado, também os elementos e processos naturais podem e devem ser considerados como bens de valoração e de preservação. O patrimônio cultural tem natureza humana, muitas das vezes designado “construído”. São bens que, pelo interesse individual ou coletivo de

manutenção de uma identidade cultural, tornam-se objetos de um regime próprio e adequado à proteção.

Pereira et. al. (2006) apresenta uma proposta de enquadramento do patrimônio geomorfológico e do patrimônio paisagístico na organização temática do patrimônio (figura 1).

Figura 1: Modelo esquemático para a definição de patrimônio e patrimônio natural



Fonte: Pereira et al. (2006) com adaptações.

O conceito de patrimônio geomorfológico tem sido considerado apenas como um elemento essencial vinculado aos aspectos geológicos. No entanto, a avaliação integrada, com a identificação e comparação de aspectos naturais e culturais que possam agregar valor ao potencial turístico de uma determinada região, necessita vislumbrar o interesse geomorfológico em função de valores científicos, ecológicos, culturais, estéticos e econômicos, os quais, em função das dimensões e escalas de análise, podem ser locais isolados, áreas e regiões panorâmicas (PEREIRA, 2006).

Ainda nesta discussão, vale ressaltar duas noções: a) Patrimônio Natural Consolidado – aquele que de longa data, consta do imaginário popular ou, em outras palavras, pelo menos os moradores dos arredores dessas geoformas o reconhecem como parte de sua cultura; b) Patrimônio Natural em Construção – geoformas ou paisagens cuja identificação recente de aspectos geomórficos tem reconhecida importância técnico-científica, mas ainda não foram incorporados pela comunidade em geral.

Nesse contexto, é importante discutir, objetivamente, alguns aspectos relativos aos fundamentos conceituais do relevo, pois a vinculação de patrimônio geomorfológico demanda o entendimento dos elementos da gênese geomorfológica.

Objetiva-se neste texto trazer algumas notas sobre a atribuição de valores aos elementos da natureza, no caso, à reprodução da religiosidade face à uma geoforma, o que reproduz um padrão imagético-paisagístico que valoriza a própria religião. Para esta análise, apresentamos como caso o Morro da Capelinha, em Planaltina, Distrito Federal brasileiro.

O Relevo: fundamento material da constituição do patrimônio natural

Segundo Christofolletti (1980), a geomorfologia estuda as formas de relevo, o processo ou grupo de processos que vem atuando na modelagem da paisagem e a relação entre eles. A existência e o funcionamento desses processos têm suas origens nas forças originárias do interior da Terra (forças endógenas), nas forças externas, oriundas da ação do clima (forças exógenas) e nas forças resultantes da ação biológica e antrópica. As formas, os processos e as suas relações constituem um sistema geomorfológico aberto, pois recebe influências e atua sobre outros sistemas terrestres através da troca de energia e matéria.

Sabendo que o relevo é fundamental no processo de ocupação do espaço, Ab'Sáber (1969) indicou que o estudo integral do relevo deve ser realizado considerando-se três níveis de abordagens, individualizando, assim, o campo de estudo da geomorfologia: a compartimentação morfológica, a estrutura superficial e a fisiologia da paisagem.

A compartimentação morfológica compreende a individualização geográfica da área de estudo e o domínio de formas em cada compartimento identificado, presumindo-se, assim, uma análise horizontal. São realizadas observações sobre os diferentes níveis topográficos e características morfológicas com relação direta com a ocupação.

O levantamento e a análise da estrutura superficial pressupõem o entendimento da evolução do relevo, considerando-se os diferentes níveis altimétricos e as respectivas posições dos depósitos correlativos. Depósito correlativo, de acordo com Casseti (1994), constitui um determinado tipo de material acumulado em correlação com determinada condição climática, portanto, produzido pelo processo morfogenético. Assim, realiza-se uma análise vertical do relevo, na qual são identificados processos morfogenéticos e pedogenéticos contemporâneos.

Em relação à fisiologia da paisagem, pode-se afirmar que esta abordagem objetiva compreender a ação dos processos morfodinâmicos através de dinâmica climática atual, momento em que o homem atua como modificador através de suas ações diretas e indiretas como, por exemplo, a retirada da cobertura vegetal, implicando em desequilíbrio morfológico. Dessa maneira, o estudo da fisiologia da paisagem pode ser considerado como o nível em que se insere o caráter social da geomorfologia, provavelmente aqui se enquadram os elementos de base para buscar a relação da geomorfologia e do patrimônio natural.

Uma das características do século XIX com relação às ciências modernas é a sistematização dos conhecimentos científicos que a elas pertencem. Desse

modo, a Geomorfologia, que até então possuía conceitos e visões parciais do conjunto das paisagens do relevo, passou a merecer revisão e articulação das observações empíricas, conceitos e ideias, de forma a criar uma base sólida de referência para, segundo Marques (1995), oferecer respostas à classificação dos fatos geomorfológicos e a projeção dos resultados a serem atingidos, em sucessivos momentos, pela evolução do relevo na superfície terrestre.

A partir de 1850, os geólogos forneceram importantes contribuições aos estudos de relevo, expondo noções teóricas que permitiram isolar a Geomorfologia do âmbito geológico, destacando-se os trabalhos de Gilbert (1843-1918) sobre a capacidade de aplainamento das águas correntes e de Powell (1834-1902) sobre vales fluviais, no qual o conceito de nível de base foi desenvolvido.

Nos Estados Unidos, William Morris Davis, no final deste mesmo século, deu prosseguimento aos trabalhos de Gilbert e Powell, idealizando o Ciclo Geográfico ou Ciclo de Erosão, o qual se constituiu no primeiro conjunto de concepções que descrevia e explicava a gênese e a sequência evolutiva das formas de relevo existentes na superfície terrestre. A influência de Davis sobre a ciência geomorfológica foi, provavelmente, a maior entre os geomorfólogos. Segundo Christofletti (1980), ele pode ser considerado o fundador da Geomorfologia como ciência e disciplina especializada e possuidora de um corpo coerente e original.

A escola alemã, liderada por Albrecht e Walter Penck e defensora da concepção integrada dos elementos que compõe a superfície terrestre, se contrapôs às idéias de Davis criticando, principalmente, quatro pontos: o fato de o modelo ser concebido para áreas de clima temperado; a necessidade de um rápido soerguimento do relevo, seguido por um período de estabilidade tectônica e noção de equilíbrio ao final do ciclo (MARQUES 1995; CASSETI, 1994). Contudo, as concepções de Davis foram quase absolutas nos Estados Unidos e espalharam-se rapidamente pela Europa, impulsionando o desenvolvimento da

Geomorfologia Estrutural e mantendo-se como fonte de referência para estudos geomorfológicos até meados do século XX. Os principais divulgadores da teoria de Davis na Europa foram Emanuel de Martonne (1873-1955) e Henri Bauling (1877-1962).

Nasceram, assim, duas escolas geomorfológicas distintas. A escola anglo-americana fundamentava-se nos paradigmas propostos por Davis e não possuía qualquer articulação com a climatologia e com a biogeografia, apesar de Gilbert, em 1877, ter tentado explicar o relevo sob uma perspectiva climática.

Penck, em 1924, apresentou críticas à teoria de Davis que interessaram muitos geomorfólogos norte-americanos, levando-os ao desenvolvimento de estudos de vertentes e processos. Um dos autores da escola anglo-americana que adotou os princípios da teoria de Penck foi Lester C. King, cujas pesquisas sobre aplainamento caracterizavam o centro das atenções dos estudiosos na época.

A partir daí, uma postura mais crítica foi, progressivamente, sendo adotada pelos componentes da escola americana e, de acordo com Casseti (1994), contribuindo para a elaboração de outros paradigmas, propondo fatos objetivos, estudados sob a ótica da quantificação e valorizando as relações processuais. Como exemplo, podem ser citados os trabalhos desenvolvidos por Strahler, em 1954, sobre a valorização da análise espacial e o estudo de bacias hidrográficas e por Hack, em 1960, sobre a Teoria do Equilíbrio Dinâmico.

Já a escola alemã possui como referencial inicial Ferdinand von Richthofen que manteve o princípio da globalidade de Humboldt e se caracterizava por uma proposição empírico-naturalista. Albrecht Penck, apesar de compartilhar com algumas noções da teoria de Davis, dava ênfase à herança naturalista de Humboldt e valorizava a observação e a análise dos fenômenos. Segundo Casseti (1994), este autor exerceu grande influência no desenvolvimento da geomorfologia alemã, nas primeiras décadas do século XX.

Três representantes da escola alemã merecem destaque. Alfred Hettner, que expôs várias deficiências da teoria de Davis a propósito da influência climática sobre a paisagem; S. Passarge, que propôs novos conceitos, como “fisiologia da paisagem”, introduzindo a ecologia no domínio geográfico; e S. Günter, que desenvolveu uma abordagem processual e crítica ao sistema de referência de Davis. Penck destacou-se como principal opositor de Davis e contribuiu para o avanço da geomorfologia através da formalização de conceitos como o de “depósito correlativo”, o que indica a valorização dos processos atuantes.

Com o desenvolvimento de trabalhos desses e de outros autores sobre a perspectiva climática, novas contribuições foram se incorporando à Geomorfologia, culminando com o surgimento de uma nova concepção conhecida como Geomorfologia Climática. Grandes contribuições nesta linha foram dadas por Emanuel de Martone, em 1940, sobre as paisagens e os processos atuantes nos trópicos úmidos; Freise, em 1933, sobre a erosão sob cobertura florestal no Rio de Janeiro e sobre pães de açúcar brasileiros; e pelos pesquisadores germânicos Jessen, Passarge, Sapper e A. Penck. Entretanto, foi com Jean Tricart e André Cailleux que a Geomorfologia Climática tomou corpo como ciência sistematizada, quando incorporou novos conceitos como o de sistema morfoclimático. Neste contexto, há ainda que mencionar Büdel, que diferenciou Geomorfologia Climática da Geomorfologia Climato-Genética. A primeira refere-se a um estudo genérico, enquanto a segunda pressupõe uma análise do desenvolvimento histórico de áreas particulares (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Além dos modelos evolutivos aqui descritos, é preciso destacar, ainda, a Teoria Probabilística da Evolução do Modelado, difundida por Luna B. Leopold e seus seguidores na década de 60. Segundo Christofolletti (1980), a utilização de conceitos probabilísticos é válida quando se investiga a evolução do relevo em amplas áreas, onde a escala dos fenômenos atuantes é variada e a relação entre eles é complexa. Essa teoria, portanto, parte do princípio de que a paisagem e a sua evolução dependem de diversos fatores, representados em escalas diferentes

de espaço e tempo. Assim, a existência de diversos fatores que influenciam a realização de um ou mais processos tendem a gerar uma multiplicidade de resultados, alguns mais previsíveis do que os outros. Portanto, o conceito de incerteza é inerente a essa teoria.

Cada uma das percepções teórico-conceituais descritas acima prestigiu mais um determinado aspecto de algum fenômeno ou processo, oferecendo, cada uma delas, importantes contribuições. Em se tratando de modelos, que se propõem a analisar e explicar a evolução do modelado terrestre, ressalta-se que nenhuma dessas teorias pode ser considerada absoluta. Todas, de alguma forma, estão presentes direta ou indiretamente e em maior ou menor proporção nos trabalhos realizados na atualidade.

A vinculação da geomorfologia com o que se pretende entender como patrimônio geomorfológico se dá por diferentes abordagens, desde que associadas aos elementos naturais, paisagísticos e culturais de determinados lugares (e a correlação natural-cultural faz-se o *elã* do debate). Não basta que uma feição geomorfológica seja testemunho histórico de um processo evolutivo da Terra, é crucial que este testemunho seja entendido como algo de valor às comunidades que o utilizam, o conhecem e o reconhecem; é relevante que a noção de pertencimento seja explicitada e valorada.

O relevo face à paisagem que emoldura representa, entretanto, fundamento material da constituição do tratado patrimônio natural; outros elementos precisam ser incorporados à discussão. Não deve ser esquecido que o próprio conceito de paisagem surge como possibilidade de resgate geográfico das representações dos elementos da natureza e das culturas que ela comporta. Como destaca Gomes (2001, p. 55), “a paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação (...) a paisagem só existe a partir do indivíduo que a organiza”.

Uso religioso do relevo: sagrado, profano e natureza

O relevo aparece em várias manifestações e passagens religiosas, nas diferentes crenças, por meio de escritos sagrados, de imagens em forma de pinturas, gravuras, iconografias e fotografias. Variavelmente, remetem o leitor a referências das condições de relevo, como morros, colinas, montanhas, planícies, todas relacionadas às questões de devoção. Os pontos mais elevados aparecem como elementos da condição de sacrifícios, de orações e de cultos, os quais parecem visar a proporcionar maior proximidade com o sagrado, enquanto que as áreas planas e férteis aparecem como benção para a produção de alimentos.

Cabe mencionar que a religião vem sendo estudada pelos geógrafos no sentido de se compreender a apropriação de dados segmentos de espaço (ROSENDAHL, 2002). Nesse entendimento, os pontos elevados do relevo têm sido utilizados, imageticamente, no contexto da sacralidade, tornam-se elementos mesmo culturais no processo da devoção religiosa. O catolicismo trás esta menção às elevações topográficas em várias passagens de sua doutrina, como o Monte das Oliveiras, o Gólgota, as Colinas de Golã o Sermão da Montanha entre outros. Mais do que rodeados por uma aura de seriedade moral profunda, os espaços sagrados encorajam a devoção e reforça o compromisso emocional do devoto (ROSENDAHL, 2002). A paisagem apropriada pelo culto, ao remeter ao contexto histórico de difusão do cristianismo, reproduz um imaginário propício à própria difusão religiosa.

Como elemento empírico da discussão aqui proposta, o morro da Capelinha, em Planaltina (DF), reproduz a perspectiva apresentada acima, quando, mais uma vez, a especificidade do relevo produziu o movimento do sacrifício e devoção de fé, representativos do esforço físico necessário para vencer a dificuldade da caminhada ou da procissão. Ali, reúnem-se os elementos naturais, humanos e sagrados para tais devoções, o que se consagra, em especial, no espetáculo realizado durante a Semana Santa cristã.

(...) em cada área de abrangência de uma determinada fé, as experiências religiosas estão diretamente relacionadas à natureza e à maneira pela qual os ritos religiosos as exploram (...) Os povos têm atribuído sacralidade a diferentes objetos como árvores sagradas, uma fonte que cura, um túmulo em volta do qual ocorrem milagres, no Monte das Oliveiras e inúmeros outros lugares. (ROSENDAHL, 2002, p. 66; 68).

A relação entre fidelidade religiosa e escolha dos lugares de peregrinação indica o que Rosendahl (2002) denomina “topografia sagrada”. Prossegue a autora lembrando que lugares santos indianos são encontrados em nascentes de rios e em suas confluências, como se verifica no rio Ganges. Para os budistas, diz Zeny Rosendahl, a preferência ocorre geralmente nas montanhas do Tibete e no Ceilão. “Os cristãos elegem, igualmente, as montanhas e as grutas, e isto está demonstrado nas inúmeras igrejas construídas nos numerosos locais em que a evangelização católica tem êxito”. (ROSENDAHL, 2002, p. 68-69).

Dentro deste contexto de paisagem, espaço, natureza e recriação da religião, Planaltina, no Distrito Federal, é o único núcleo urbano anterior à construção da capital brasileira e, como cidade histórica, representa importante marco da mineração em “Goyáz”, esboçando, como as demais cidades marcadas, historicamente, por esta *empresa*, forte vínculo com a Igreja. Há registros de relatos que contribuem para localização dos pontos articuladores da paisagem natural que a compõe e o sagrado que a perfaz, construindo uma tradição religiosa com a qual a multidão se identifica, ao longo dos séculos. Visitar muitas de nossas cidades da mineração (quer seja em Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso) favorece-nos contemplar, de diferentes ângulos paisagísticos, o papel que a Igreja exerceu, face à natureza transformada ou em vias de transformação, no controle socioterritorial. Não seria diferente em Planaltina. A partir da natureza e da construção do patrimônio natural, então, cabe destacar o valor da paisagem:

(...) como conceito integrador de outros sistemas ambientais, cabendo ao sentido da proteção e tutela das paisagens um papel como o fator fundamental da conservação e preservação da biodiversidade, da pluralidade cultural, dos ecossistemas em

relação à heterogeneidade de estruturas, funções, dinâmicas e flutuações que asseguram a estabilidade e a salvaguarda do patrimônio natural (...) (GUIMARÃES, 2012, p. 51).

A encenação da semana santa no Morro da Capelinha – Planaltina é, sem dúvida, a maior dramaturgia deste tema, ao ar livre, no Brasil Central, pois tem reunido, nos últimos anos, mais de 140.000 devotos/espectadores para acompanhar o evento, no qual atuam 1.200 atores. Ressalta-se que, neste mesmo dia, outras regiões do DF proporcionam eventos semelhantes.

No entanto, em função da tradição de Planaltina, que remonta a 1970 o início da prática desta encenação da Via Sacra, a manutenção das tradições locais é incorporada à paisagem bucólica e perfaz-se, assim, uma importante *paisagem cultural*, que agrega elementos da natureza e da produção cultural humana. Sobre este conceito, podemos entender que:

A Unesco define como paisagem cultural, lugar notável ou sítio misto aqueles que associam realizações humanas e as ações da natureza, como por exemplo as paisagens rurais que conservam técnicas tradicionais de produção, tais como as vinícolas do sul da Europa e os arrozais do Sudeste Asiático. (BASTOS, 2012, p. 214).

A figura 2 apresenta os principais tipos de uso do Morro da Capelinha. Chama atenção a multidão que acompanha o evento da encenação da via-sacra e a participação da comunidade local na dramaturgia. Outro aspecto é o caráter de apelo natural que o morro desperta, fazendo deste local um ponto visitado com este tipo de intenção.

Figura 2: Diferentes momentos de apropriação religiosa do morro da Capelinha.



A) Multidão de espectadores



B) Atores locais em atuação



C) Vista do topo de morro da Capelinha



D) Multidão de fiéis acompanhando a via-sacra

Fotos: Grupo Via-Sacra ao Vivo (fotos A, B e D) e Regina Maniçoba (foto C).

Tal representatividade coloca Planaltina na condição de uma referência no cenário local e regional em função da manutenção de identidade do lugar por seus atributos naturais-humanos e suas tradições ainda preservadas, em certa medida, dialogando com a criação da capital federal pelos novos fluxos advindos daí. Como lembra Rosendahl (2002), o espaço sagrado é produzido a partir de dois elementos: o “ponto fixo” ou a “topografia sagrada” e seu entorno, de forma que o segundo possui os elementos necessários aos romeiros, viabilizando as práticas e o roteiro devocional deles – natureza e cultura religiosa, no caso do Morro da Capelinha, são os catalisadores dos fluxos para este ponto.

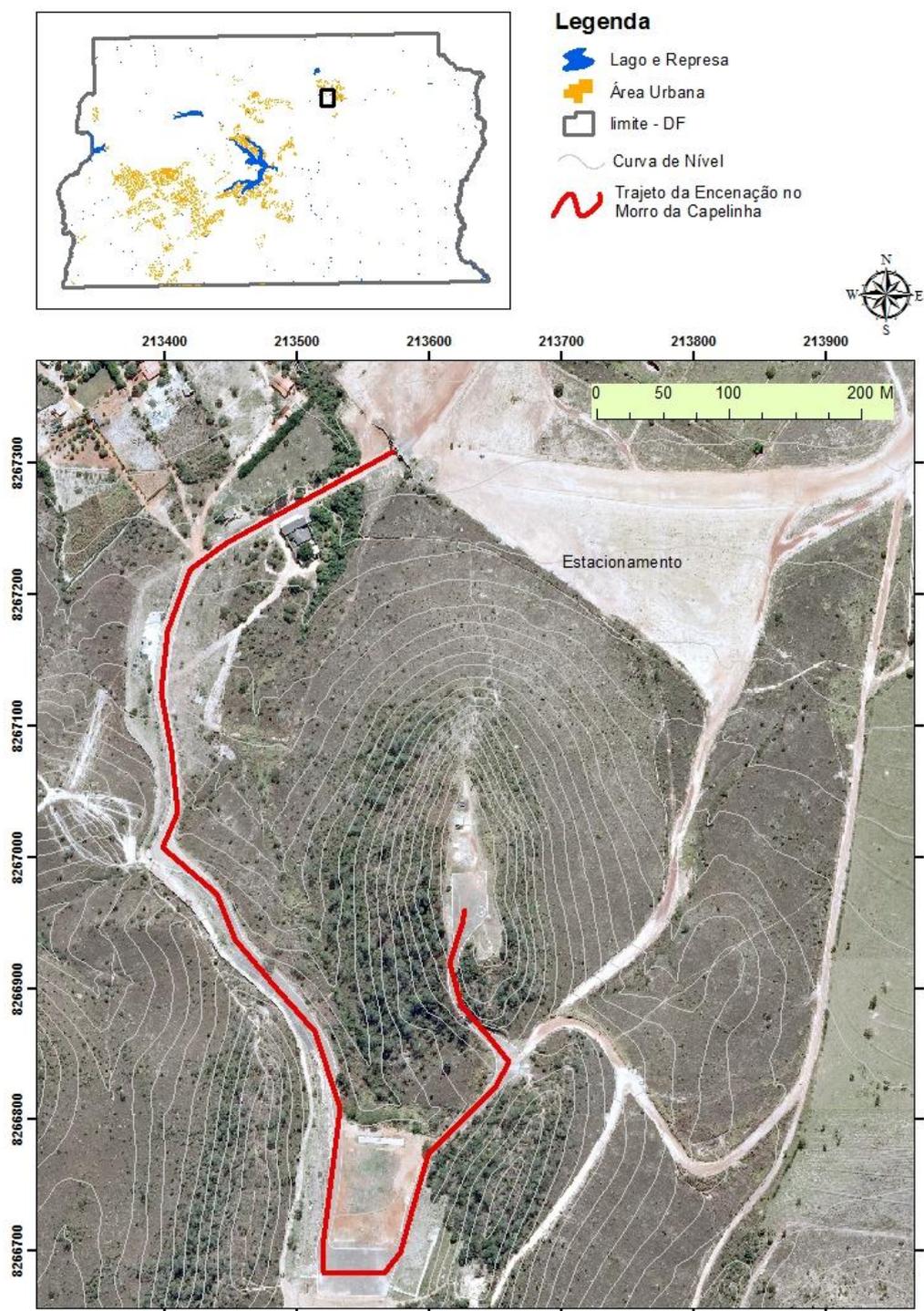
Da natureza do sagrado à natureza do lugar

Falar na natureza do sagrado e na natureza do lugar exige-nos, primeiramente, entender que as diferentes percepções da natureza agregam elementos utilitaristas e elementos simbólicos. A natureza transformada promove o lugar e a paisagem cultural valorados. A natureza do sagrado é a do campo de forças e de símbolos que eleva o homem acima de si mesmo projetando-o em busca de sua existência, ante a natureza natural e a natureza cultural. Nesse contexto, as transformações pelas quais o mundo contemporâneo passa exigem-nos a leitura da concretude do ordenamento do território e da refuncionalização da paisagem, como nunca na história: objetos, ritos (sagrados ou profanos) e documentos patrimoniais esquecidos até o momento são recuperados como testemunhos memoráveis dos lugares. (COSTA; SCARLATO, 2012, p. 107).

Sobre a natureza do lugar e o lugar da natureza, neste ponto, cabe dizer que os estudos geomorfológicos no Distrito Federal tiveram grande expansão em virtude de uma maior valorização de questões relacionadas ao meio ambiente. Embora o acervo de trabalhos já alcance um número considerável, principalmente dissertações e teses, ainda são poucas as obras que tratam, especificamente, da evolução do relevo da região.

À exceção dos trabalhos de Maio (1986) e Novaes Pinto (1986; 1993), os estudos sobre o relevo do DF têm valorizado a descrição das formas e dos processos atuantes, como os de Penteadó (1976), Carneiro (1999; 2001), Steinke (2003; 2007; 2011) entre outros. No mapeamento apresentado por Steinke (2011) o relevo do DF pode ser dividido em mais de 80 unidades morfológicas, agrupadas em Morros (Suaves, Médios e Íngremes), Colinas (Amplas, Médias e Curtas), Planícies e Chapadas. Neste mapeamento, o Morro da Capelinha (Figura 3) está inserido na unidade de Morros Médios, a qual apresenta índice de rugosidade do relevo entre 0,68 e 1,70 e a declividade média é superior a 12%.

Figura 3: Localização do Morro da Capelinha.



Fonte: Base Cartográfica Digital do DF – Terracap 2010. Elaboração dos Autores.

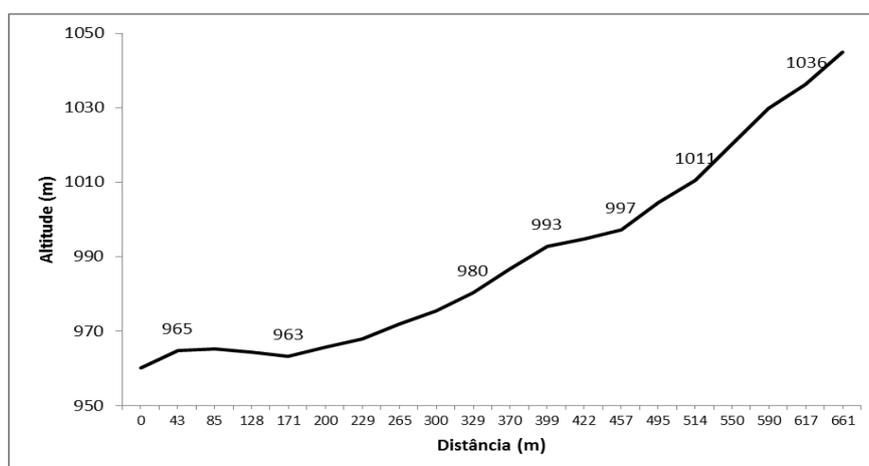
A utilização e a percepção do morro tem como parâmetro central a questão religiosa; a via-sacra é encenada por um trajeto total de aproximadamente 1.130 metros, sendo os primeiros 600 metros, desde o portão principal até a praça do calvário, o trajeto mais íngreme, com amplitude altimétrica de 85 metros. A figura 4 mostra uma perspectiva tridimensional do morro e a figura 5 um perfil topográfico do trajeto percorrido até a praça do calvário. Este trajeto atualmente encontra-se pavimentado, o que favorece a circulação das pessoas e a própria encenação.

Figura 4: Perspectiva tridimensional do Morro da Capelinha



Fonte: Google Earth. Elaboração dos autores.

Figura 5: Perfil topográfico percorrido pelos peregrinos.



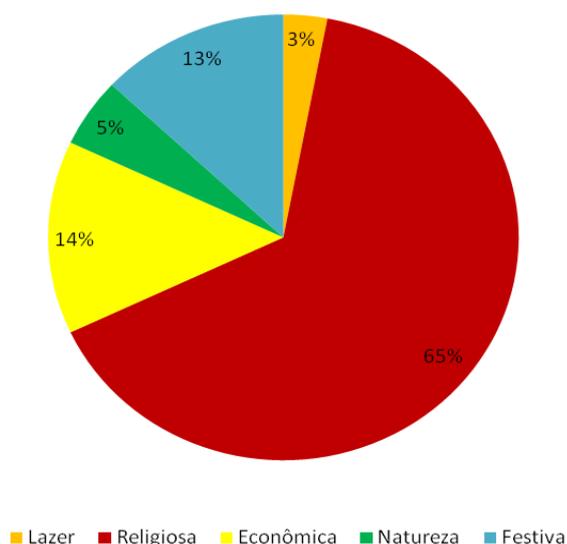
Fonte: Base Cartográfica Digital do DF – Terracap 2010. Elaboração dos autores.

Apesar de estar consolidado como atrativo religioso, o Morro da Capelinha desperta a atenção de outros atores que, de algum modo, se relacionam com o local em diferentes ocasiões do ano e não apenas durante a via-sacra.

No intuito de investigar a representatividade imaginária do Morro, no ano de 2009, realizamos uma pesquisa de campo que envolveu os usuários do morro da Capelinha, na qual foram entrevistadas 1150 pessoas, sendo que 100% destas já haviam visitado o local mais de uma vez. O objetivo principal da pesquisa foi identificar o significado do morro no imaginário destes usuários. As respostas mais representativas apresentavam o lugar na dimensão imagética da religião, da economia, das festividades, da natureza e do lazer.

O gráfico da figura 6 apresenta a distribuição entre os significados e foi constatado que, de fato, a atividade religiosa predomina no imaginário coletivo sobre o Morro. No entanto, vale chamar a atenção para o fato da atividade econômica, que aparece em segundo lugar com 14% das respostas, demonstra, em síntese, a importância para as atividades de comércio envolvidas, direta ou indiretamente, com o Morro da Capelinha; em grande parte, este percentual está relacionado ao comércio informal, principalmente no dia da encenação da via-sacra.

Figura 6: Gráfico de representatividade dos tipos de apropriação do Morro da Capelinha.



Também se evidencia o sentimento de pertencimento da comunidade ao lugar analisado, o que se dá pelo viés da religiosidade. Outras áreas do DF apresentam atividades com o mesmo enfoque dado neste trabalho. No entanto, o caso de Planaltina se destaca devido à tradição da apropriação sacra do Morro da Capelinha, pois a encenação religiosa remonta a quatro décadas. O número expressivo de espectadores ultrapassa a casa de 100.000 pessoas por ano; a infraestrutura preparada pelo poder público e principalmente o envolvimento da comunidade local, com a participação efetiva de 1.200 atores na encenação e uma fila de espera que ultrapassa a 300 pessoas, demonstram a peculiaridade e a relevância deste local e da prática de apropriação via culto que ali se encerra.

Assim, podemos dizer que o Morro da Capelinha, em Planaltina, consagra-se como importante patrimônio natural que é forjado pela prática religiosa mantida pela comunidade – produto de uma *patrimonialização de sentido horizontal*, ou seja, sagrada pela comunidade e o movimento de fluxos locais-regionais, menos no contexto da chamada *patrimonialização global* (COSTA; SCARLATO, 2012), de sentido universal.

Por fim, como destaca Scifoni (2012), o patrimônio natural é, até hoje, pouco conhecido e, por isso mesmo, dificilmente compreendido em sua essência. Para a autora, em primeiro lugar, isso tem relação com o fato de que ele surgiu como um desdobramento das políticas e das experiências no universo do patrimônio cultural e mais, o patrimônio natural implica entendimento da natureza como legado cultural. (SCIFONI, 2012).

O esforço desta análise indica a necessidade de entendermos o patrimônio natural e mesmo cultural no centro do debate sobre a relação recíproca sociedade-natureza, em que as formas de relevo passam a ser compreendidas para além da aparente e falsa inércia do mundo. A cultura da humanidade (no caso deste estudo, a religião e sua prática aparecem como legado desta cultura) emerge no centro do debate sobre a natureza.

Considerações Finais

Este trabalho aponta para uma discussão cara à Geografia, que é sobre as conexões entre atividades antrópicas, as apropriações do meio natural, e a patrimonialização das formas de relevo. Este, como parte da Geomorfologia, é entendido como o palco no qual toda a grande encenação da presença humana ocorre em caráter contínuo, dinâmico e complexo.

O propósito aqui não foi discutir os processos de gênese e evolução do relevo, mas sim a sua patrimonialização e os resultados deste processo como “objeto” de uma comunidade que busca na feição topográfica a representatividade necessária de sua devoção; neste caso em específico, a religiosa, pela representação/encenação da via-sacra. Logo, a patrimonialização é ativada pela comunidade, no caso apresentado, favorecendo o sentimento de pertencimento ao lugar sacralizado – *patrimonialização de sentido horizontal*.

Da natureza do sagrado à natureza do lugar aparecem como centralidades para a discussão o papel da cultura e da própria natureza ressignificada e revalorada como elementos balizadores da conceitualização e da forja concreta de um patrimônio natural específico. O Morro da Capelinha, neste trabalho, auxiliou-nos na apresentação preliminar desta discussão, indicando um tema possível para novos debates no âmbito da Geografia e do patrimônio.

Referencias

AB'SÁBER, A. N. **Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977. 26p. (Série Geografia e Planejamento nº 30).

AB'SÁBER, A. N. O tombamento da Serra do Mar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 21, p. 6-19, 1986.

AB'SÁBER, A. N. Mesa redonda. Patrimônio Natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 22, p. 217-232, 1987.

AB'SÁBER, A.N. Um conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário. **Geomorfologia**, São Paulo, v. 18, 1969.

BASTOS, S. A ativação do patrimônio nas práticas de hospitalidade. In: COSTA, E. B; BRUSASIN, L. B; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 213-219.

CASSETI, V. **Elementos de Geomorfologia**, Goiânia Ed. da UFG. 1994.

CARNEIRO, P. J. R. e SOUZA, N. M. Compartimentos geomorfológicos do Distrito Federal. **Revista Universa**. Brasília: v. 9, n. 2, p.339-348, 2001.

CARNEIRO, P. J. R. **Mapeamento geotécnico dos materiais naturais de construção do Distrito Federal: uma base de dados para o planejamento e gestão**. Brasília, 1999. 209 f. Tese (Doutorado em Geotecnia) – Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 103-136.

COSTA, J.P.O. Patrimônio natural e estatuto do tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 21, p. 21-25, 1986.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DONADIEU, P. **Campagnes Urbaines**. École Nationale Supérieure Du Paysage. Versailles. 1998.

FERNANDES J. P. (Dir.) - **Dicionário Jurídico da Administração Pública**, INA, Vol. VI, 674 p. 2004

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GUIMARÃES, S. T. L. Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significancias. In: COSTA, E. B.; BRUSASIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 47-59.

GRANDGIRARD, V. Géomorphologie et gestion du patrimoine naturel. La mémoire de la Terre est notre mémoire. **Geographica Helvetica**, Zürich v.2,47-56 1997.

LEFEUVRE, J. C. De la protection de la nature à la gestion du patrimoine naturel. In: JEUDY, H. P. (Org). **Patrimoines en folie**. Paris: Editions de la Maison des sciences de l'homme, p.29-76. 1990.

MAIO, C. R. Alterações ambientais no Distrito Federal, baseadas na geomorfologia dinâmica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 259-284, 1986.

MARQUES, J. S. Ciência Geomorfológica. In: GUERRA, A. T e CUNHA, S B. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 23 – 50. 1995.

NOVAES PINTO, M. Caracterização geomorfológica do Distrito Federal. In: NOVAES PINTO (org.). **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. 2ª ed. Brasília: UnB, 1993. p. 285-320.

NOVAES PINTO, M. Unidades geomorfológicas do Distrito Federal. **Geografia**, Rio Claro, v. 11, n. 21, p. 97-109, 1986.

PENTEADO, M. M. Tipos de concreções ferruginosas nos compartimentos geomorfológicos do planalto de Brasília. **Notícia Geomorfológica**, Campinas, v. 16, n. 32, p. 39 - 53, 1976.

PEREIRA, A. R. Patrimônio Geomorfológico no Sudoeste de Portugal. **Finisterra**, XXX, 59-60, pp 7-25. 1995.

PEREIRA, P. J. da S. Patrimônio geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação. Aplicação ao Parque Natural de Montesinho. Tese de Doutorado. **Escola de Ciências**. Universidade de Minho. 2006.

PEREIRA, D.; PEREIRA, P.; ALVES, M.I.C.; & BRILHA, J. Inventariação Temática do Patrimônio Geomorfológico Português. **Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos**, v.3, APGeom, pp. 155-159. 2006.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

SCIFONI, S. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. In: COSTA, E. B; BRUSASIN, L. B; PIRES, M. C. (orgs.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 173-190.

STEINKE, V. A. **Uso integrado de dados digitais morfométricos (altimetria e sistema de drenagem) na definição de unidades geomorfológicas no Distrito Federal**. Brasília, 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) Instituto de Geociências, Universidade de Brasília.

STEINKE, V. A.; SANO, E. E.; STEINKE, E. T.; NASCIMENTO, R. de O. O Desenvolvimento dos estudos geomorfológicos no Distrito Federal. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, p. 107-120, 2007.

STEINKE, V. A.; SANO, E. E. Semi-Automatic Identification, Gis-Based Morphometry Of Geomorphic Features Of Federal District Of Brazil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Uberlândia, v. 12, p. 03-09, 2011.

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Grupo Via-Sacra pela gentileza em ceder as fotos A, B e D da Figura 2 e a Profa. Regina Maniçoba pela cessão da foto C da figura 2. Também agradecemos ao corpo editorial da Revista OLAM o convite feito para a apresentação e publicação do artigo.

RESUMO

A temática do patrimônio, no âmbito da ciência geográfica, se apresenta como elemento de análise capaz de proporcionar ao discurso e à práxis um eixo condutor para o entendimento da relação sociedade-natureza. Este trabalho enfatiza a relação dos elementos do relevo como objetos de apropriação no contexto do sagrado. Tomou-se como caso analítico o morro da Capelinha, em Planaltina, no Distrito Federal, e sua utilização principal, a encenação da via-sacra e seus usos adjacentes como o apelo natural.

Palavras-Chave: Patrimônio. Natureza. Geomorfologia. Religião.

ABSTRACT

The thematic of the patrimony in the ambit of geographical science presents itself as an element of analysis capable of providing the discourse and praxis a guiding thread for understanding the relationship between society and nature. This study sought to emphasize the relationship of the elements of relief as the object of appropriation in the context of the sacred. The Capelinha Hill in Planaltina (Federal District) was taken as an example of this study because of its main use, the staging of the "Way of The Cross" and its uses adjacent to the natural appeal.

Keywords: Heritage. Nature. Geomorphology. Religion.

Sobre os autores:

¹ Valdir Adilson Steinke – <http://lattes.cnpq.br/53348444702018388>

Geógrafo, Mestre em Geologia, Doutor em Ecologia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em análise ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: geomorfologia, geoprocessamento, bacia hidrográfica, análise ambiental, biogeografia e planejamento. Atualmente é Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e Coordenador do Laboratório de Geoiconografia e de Multimídias (LAGIM).

Contato: valdirs@unb.br

² Everaldo Batista da Costa – <http://lattes.cnpq.br/6223294904658578>

Geógrafo, doutor e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atua na área da Geografia Urbana e se dedica, também, aos estudos do turismo e do patrimônio cultural. Atualmente, é professor adjunto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e pesquisador do Laboratório de Geoiconografia e de Multimídias (LAGIM). É vice-líder do Grupo de Pesquisas Patrimônio, Memória e Território (UNESP-Rio Claro).

Contato: everaldocosta@unb.br